

RUPTURAS E CONTINUIDADES CAMPONESAS NA AVICULTURA INTEGRADA DO MUNICÍPIO DE ANTA GORDA/RS

PEASANT RUPTURES AND CONTINUITIES IN INTEGRATED POULTRY OF ANTA GORDA/RS

Fabricio Teló

Bacharel em Ciências Sociais pela UFSM. Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ
fabriciotelo@hotmail.com

Cesar De David

Doutor em Geografia pela UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSM
cdedavid2009@gmail.com

Resumo: Partindo dos conceitos de ruptura e continuidade propostos por Wanderley (2003), o objetivo deste trabalho foi identificar quais os elementos de campesinidade que permanecem vigentes na caracterização social dos criadores de frango vinculados ao sistema de integração no município de Anta Gorda/RS, a despeito de sua intensa modernização. As conclusões a que se chegou foram que a modernização gerou um conjunto de rupturas, dentre as quais destacam-se a perda da autonomia típica do campesinato, o crescimento do individualismo e a subordinação do agricultor à indústria. Por outro lado, existe um conjunto de características que continuam se reproduzindo conforme a tradição, mesmo no contexto da modernidade: a centralidade da família, a valoração da comunidade, dentre outras.

Palavras-chave: Campesinato, Agricultura Familiar, Avicultura, Anta Gorda/RS.

Abstract: Based on the concepts of rupture and continuity proposed by Wanderley (2003), the aim of this work was identify which are the peasant elements that remain current in the social characterization of the poultry creators linked to Integration System in Anta Gorda/RS, despite his intense modernization. The conclusions we arrived were that modernization has generated a set of breaks, among which stand the loss of autonomy typical of the peasantry, the increasing of individualism and the farmer subordination of the industry. On the other hand, there is a set of characteristics that keep reproducing according to the tradition, even in the context of modernity: the centrality of the family, the valuation of the community, among others.

Key-words: Peasantry, Family Farming, Poultry, Anta Gorda/RS.

Introdução

A avicultura¹ brasileira, especialmente a integrada às grandes agroindústrias, é a concretização mais nítida do processo de modernização do campo no Brasil, por sua estrutura altamente tecnicada, por seu forte nível de inserção nos mercados nacionais e internacionais e pela forma como está organizada e orientada a produção. É um exemplo por excelência da vinculação da

agricultura aos Complexos Agroindustriais, pois está totalmente ligada e dependente de uma agroindústria com a qual o produtor firma um contrato. É, portanto, um dos setores da agricultura mais integrados à lógica do sistema capitalista na sua fase global.

A modernização da agricultura é, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da expansão do capitalismo no campo e, nesse sentido, contribui largamente para um processo de produção agrícola voltado principalmente à busca de rentabilidade na forma de dinheiro, através da minimização dos custos e da maximização da produtividade. Para isso, é necessário ao produtor agrícola que ele tenha a maior parte de sua produção voltada ao mercado, que esta produção seja especializada e que ele faça uso de equipamentos, insumos e outros produtos cuja origem é industrial. Como consequência, haverá um distanciamento do produto final de seu trabalho, ou seja, o resultado de seu trabalho será apenas um objeto para ser vendido, apenas uma mercadoria e não algo que terá utilidade direta a quem o produziu. A este tipo de ordenamento, Ploeg (2008) denomina “Império”.

Essa lógica hegemônica é diferente da lógica camponesa, em que o agricultor participa de todas as etapas do processo de produção e, mesmo destinando o excedente de sua produção ao mercado, direciona sua produção à subsistência da família. Assim, ao observarmos apenas esses aspectos da realidade, poderemos considerar que o campesinato é apenas uma categoria do passado e que não serve mais como instrumento para se estudar a realidade atual, visto que a maior parte dos produtores de hoje, especialmente os criadores de frango de Anta Gorda/RS, está inserida na lógica do Império. No entanto, existem outros elementos, característicos do *ethos* camponês que, apesar de todos os elementos supracitados, consequentes do desenvolvimento do capitalismo no campo, ainda resistem e se reproduzem através dos valores camponeses, tais como o convívio entre os vizinhos, o trabalho de base familiar, a pequena produção de variedades de alimentos que garantem segurança alimentar, características típicas de um camponês tradicional que podem ser resumidas no tripé Terra, Trabalho e Família (MARQUES, 2004; TEDESCO, 1999).

Partindo do pressuposto de que há um entrecruzamento entre as lógicas da agricultura moderna e da agricultura camponesa na realidade dos produtores integrados às agroindústrias do setor avícola do município de Anta Gorda/RS, este trabalho tem por objetivo identificar quais os elementos da lógica camponesa que resistem nesse contexto e como se dá a convivência de duas tendências (moderna e tradicional) de se pensar a vida e o mundo nesse grupo social.

O município de Anta Gorda foi escolhido como local de pesquisa em função do contingente significativo de avicultores e pelo fato de que neste município a atividade avícola representa uma das atividades econômicas mais importantes. Pertencente à microrregião denominada Vale do

Taquari, considerada uma das regiões mais modernizadas do estado, Anta Gorda emancipou-se do município de Encantado no ano de 1963. Em 2010, sua população total era de 6.073 habitantes, sendo 3.742 (61,6%) moradores da zona rural e 2.331 (38,4%) da zona urbana (IBGE, 2010). A base de sua economia é a agropecuária, sendo as atividades principais a produção de leite, fumo, milho, frangos e suínos.

As ferramentas metodológicas utilizadas foram: realização de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa. Para Gaskell (2002, p. 65), “a compreensão do mundo da vida dos entrevistados e dos grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa”. Para Boni e Quaresma (2005), só a entrevista é capaz de obter dados subjetivos dos sujeitos sociais, tais como valores, opiniões, formas de enxergar os fatos. Foram, portanto, realizadas conversas em forma de visitas às famílias de dezoito criadores e de quatro ex-criadores². No que se refere a critérios de seleção dos entrevistados, procurou-se levar em conta as famílias localizadas em diferentes regiões do território do município e os diversos níveis de tecnificação, a fim de abranger minimamente as diferenças entre as famílias em questão.

Agricultura familiar e campesinato

Nos estudos acerca dos sujeitos do campo no Brasil, diversas interpretações e teorias foram construídas. Uma corrente de autores postula que o campesinato se organiza através de relações não-capitalistas de produção dentro do próprio modo de produção capitalista, sendo sua criação produto das contradições da reprodução ampliada do capital (MARTINS, 1979) e as transformações sofridas por esses sujeitos em função da modernização da agricultura não foram suficientes para lhes suprimir a identidade camponesa, ao contrário teria sido uma estratégia de reprodução desta identidade (PAULINO, 2006). Outra corrente teórica defende que tais transformações teriam transformado o camponês tradicional em agricultor profissional, em função de sua adesão às novas tecnologias e ao fato de estar integrado ao mercado (ABRAMOVAY, 1992/1998). Já uma terceira interpretação parte da ideia de que o camponês tradicional sofreu transformações e se tornou um agricultor moderno, porém sem perder suas raízes históricas firmadas no contexto da tradição camponesa, restando ao pesquisador a tarefa de identificar as rupturas e continuidades entre os agricultores modernos e o camponês tradicional (WANDERLEY, 2003). A seguir, serão apresentadas essas diferentes interpretações na intenção de identificar em que medida cada uma delas pode contribuir para o entendimento da realidade social dos sujeitos desta pesquisa.

Uma abordagem estruturalista³: o campesinato como produto das contradições do capitalismo

Inspirada em José de Souza Martins, esta corrente teórica compreende o campesinato como produto das contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, para que possa ocorrer a reprodução ampliada do capital no campo, é necessário haver relações não-capitalistas de produção. Este autor chegou a estas conclusões ao estudar o regime do colonato nas fazendas de café em São Paulo, no qual os colonos imigrantes europeus recebiam o direito de trabalhar na terra dos fazendeiros sob a condição de cultivar os cafezais. Criaram-se, portanto, formas de vida camponesas, as quais permitiam aos proprietários das terras que eles realizassem a reprodução ampliada de seu capital, ou seja, que eles comprassem novas fazendas e passassem a acumular capital, às custas do trabalho camponês.

Esta teria sido uma estratégia da elite agrária brasileira para manter seu *status quo*, visto que o escravismo estava prestes a ruir e era preciso mão-de-obra livre para substituir a mão-de-obra cativa. Estabeleceu-se, portanto, em 1850, a Lei de Terras, que oficializou a propriedade privada da terra. De acordo com esta nova legislação, a terra passou a ser comercializada como se fosse uma mercadoria (passaria a ser comprada e vendida) a fim de não permitir aos escravos libertos, ou aos imigrantes, que eles tivessem acesso à terra e se obrigassem a se submeter ao cultivo do café nas fazendas dos grandes proprietários através do regime de colonato. Relações não-capitalistas de produção foram, então, produzidas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo.

Esta contribuição de Martins (1979) tornou-se clássica para a sociologia rural brasileira pelo seu ineditismo e capacidade de síntese. O regime do colonato, no entanto, não foi predominante em todas as regiões do Brasil. No Sul, por exemplo, apesar da Lei de Terras, os imigrantes receberam auxílios dos governos provinciais e puderam ter acesso a pequenos lotes de terra, chamados de colônias, em geral de 48 hectares e distribuídos aos colonos, os quais, como condição, estavam proibidos de possuírem escravos (TAVARES DOS SANTOS, 1978). O campesinato, nesse contexto, não seria um produto das contradições do modo de produção capitalista, tal como postulou Martins (1979), mas foi produto de uma política governamental local.

Neste caso o campesinato poderia ser entendido como produto do capitalismo apenas de forma indireta, no sentido de que se torna interessante para o processo de acumulação de capital que existam sujeitos sociais que recebem um valor inferior ao que lhe é devido na venda das mercadorias que produz, como apontou Tavares dos Santos (1978)⁴. Nesse contexto, quando o

camponês se relaciona com o setor industrial, na venda de sua produção, ocorre a subordinação formal do trabalho camponês ao capital, porque o proprietário da indústria se apropria do sobretabalho do camponês ao não pagar o valor devido aos produtos, ou seja, o dinheiro que o camponês recebe pela mercadoria que vende é inferior ao valor de fato desta mercadoria, tendo em vista a quantidade de trabalho e recursos investidos para a produção de tais mercadorias. Esse fato acontece porque a definição dos preços das mercadorias agrícolas, na maioria das vezes, é feita por setores alinhados ao grupo dos empresários.

No caso dos avicultores integrados esta subordinação é ainda mais explícita, uma vez que a remuneração de cada lote é determinada unilateralmente pela empresa, frequentemente com valores inferiores ao necessário para que o integrado possa ter uma vida digna. Numa conjuntura em que é a indústria quem controla o processo de produção do camponês, a propriedade da terra aparece como uma garantia de uma relativa autonomia, frente às regras impostas no que se refere a técnicas de produção, infraestrutura, possibilidade ou não de combinação com outras atividades, entre outros. Então, embora o pequeno produtor seja o dono da terra, a autonomia, característica elementar na constituição do sujeito camponês, é reduzida ou quase extinta pelos contratos firmados com as agroindústrias.

Paulino (2006) também compreende o processo de recriação do campesinato como produto das contradições do capitalismo. Para a autora, as transformações decorrentes da modernização e tecnificação da agricultura, bem como os processos de integração às agroindústrias, não são suficientes para promover o desaparecimento do campesinato enquanto classe social. Ao contrário, esta adaptação dos camponeses à nova realidade constituiria um processo de resistência, “um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 21), ou seja, diante da realidade que os obriga a se modernizar, é melhor fazê-lo e, então, poder ter condições de lutar por autonomia e pela reprodução de sua identidade, do que não se adaptar e acabar sendo expropriado de todos os bens e acabar se proletarizando.

Ploeg (2008), assim como os demais desta perspectiva teórica, aponta para a natureza contraditória da reprodução camponesa, no sentido de que o camponês luta por autonomia e progresso estando inserido no contexto do Império, cuja tendência é justamente tirar a autonomia do camponês e torná-lo cada vez mais dependente.

O Império é um modo de estruturação, uma forma específica de montar recursos materiais e institucionais numa rede cujas características estruturais implicam hierarquia e conquista, submissão e exclusão constantes. [...] É a lógica do capital que define as modalidades específicas da mobilização e da montagem de recursos” (PLOEG, 2008, p. 95).

Ocorre, então, um processo dialético, no qual, na medida em que o Império cria estratégias para explorar o camponês e torná-lo mais dependente, o campesinato reage, à semelhança da lei da ação e reação, e cria estratégias de resiliência, ou seja, aprende com as situações concretas e se adapta a fim de garantir o que pode de sua autonomia e de sua dignidade (PLOEG, 2008).

De acordo com o autor, faz parte da condição camponesa a necessidade de dar respostas ao ambiente hostil criado pelo Império, a fim de garantir “graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente” (PLOEG, 2008, p. 285). O Império, portanto, condiciona e determina novas formas de campesinato e promove dialeticamente a criação de novas formas de resistência dos camponeses ao ambiente criado por ele. As respostas camponesas ao Império se dão de forma heterogênea, dependendo do contexto histórico-espacial, porém apresentam elementos em comum: a promoção de processos de aprendizagem ao campesinato e o fortalecimento do princípio camponês enquanto uma noção emancipatória.

Os autores que se aproximam desta linha de pensamento a respeito dos sujeitos do campo partem das influências da estrutura social sobre a ação dos indivíduos para explicar a realidade. Construíram, portanto, uma abordagem estruturalista que privilegia o estudo das determinações do todo sobre a parte. No caso em questão, chegaram à conclusão de que o modo de produção capitalista, de forma contraditória, promove a recriação dos camponeses, apesar das dificuldades criadas pelo contexto.

Uma perspectiva compreensivista¹: a agricultura familiar como uma nova racionalidade

Grande expoente desta corrente teórica no Brasil, Ricardo Abramovay elaborou uma teoria sobre o conceito de agricultura familiar como uma categoria social sem vínculos com o campesinato tradicional. Conforme o autor, as atuais unidades de produção familiar, no Brasil, descendem do campesinato tradicional, mas não têm mais relação com ele, pois estariam operando a partir de uma nova racionalidade, agora integrada aos mercados.

Para Abramovay (1992/1998) só pode ser entendido como camponês aquele sujeito apenas parcialmente integrado a mercados imperfeitos². O campesinato seria, então, um limite à

¹ Proposta por Max Weber, esta perspectiva metodológica privilegia o estudo da ação racional do indivíduo como um elemento construtor da estrutura social. No dilema entre o todo e a parte, esta abordagem privilegia a parte em relação ao todo.

racionalidade econômica. Não haveria nada mais distante deste tipo de entendimento de mundo, que o modo de vida camponês. O principal elemento que configura a racionalidade de que trata o autor é a impessoalidade nas relações mercantis. Compras e vendas são realizadas com quem quer que seja, independentemente da função e posição social dos sujeitos em questão. O campesinato, por seu turno, teria suas relações estabelecidas de acordo com vínculos pessoais e hierárquicos, ou seja, as operações mercantis seriam fundidas com esferas não estritamente econômicas da vida, o que constituiria, desse modo, um limite ao estabelecimento da racionalidade econômica, característica da sociedade global.

Kautsky (1898/1980)³ identificou ainda como consequência da modernização, a especialização da produção, processo este, que é facilmente notado na maioria das unidades produtivas na agricultura, uma vez que, para poder se adequar às exigências do mercado, o agricultor deve produzir uma quantidade muito limitada de produtos em grandes quantidades. Caso contrário, não consegue vendê-los. A criação integrada de frangos é um exemplo claro desse processo. Nos últimos anos as empresas apenas admitem fazer contratos com novos criadores, na condição de que eles tenham estrutura suficiente para alojar uma quantidade mínima (que não é pequena) de frangos.

Uma das consequências desse processo de expansão do capitalismo no campo é a separação entre a agricultura e a indústria⁴, setores estes que estavam unidos enquanto o modo de produção vigente era o feudalismo. O camponês, portanto, deixa de ser autossuficiente e passa a depender da indústria, agora fortalecida, enquanto um setor da economia, para efetivar sua produção, ou seja, terá que despendar uma soma de dinheiro para poder ter acesso a determinados instrumentos.

Além disso, parte dos gêneros alimentícios passou a ter que ser comprada em função da especialização da produção, uma vez que para produzir em escala um determinado produto, é preciso deixar de produzir outros, e destinar a maior parte da mão-de-obra e dos meios de produção disponíveis para a cultura a ser cultivada em escala e depois comercializada como mercadoria. É

² O autor afirma isso baseado em Frank Ellis, para quem apenas uma parte da produção camponesa seria destinada ao mercado, sendo este mercado incompleto, ou seja, ainda pautado por relações pessoais. No mercado perfeito, as relações seriam impessoais e o fator determinante da conduta dos agentes econômicos seria a competitividade (ABRAMOVAY, 1992/1998).

³ Kautsky não pode ser enquadrado na abordagem compreensivista, pois sua perspectiva é estruturalista. A conclusão de que os estruturalistas tendem a considerar que o campesinato continua existindo e que os compreensivistas tendem a afirmar o contrário refere-se aos autores contemporâneos brasileiros. Esta classificação não se aplicaria a Kautsky, por exemplo, que era estruturalista e afirmava o fim do campesinato.

⁴ Esta separação de que trata Kautsky não exclui a possibilidade de relações entre a agricultura e a indústria. Ele se refere ao fato de que na Idade Média não existia uma separação entre a produção industrial e a agrícola. Tudo era feito conjuntamente. A modernidade foi quem trouxe esta separação, que atualmente está sendo quase desfeita em função da intensidade das relações entre os dois setores. Graziano da Silva (1998) propôs, inclusive, o termo industrialização da agricultura. Na avicultura, a produção integrada é chamada de avicultura industrial.

justamente a partir desses elementos que se deu a subordinação da agricultura à indústria e, por extensão, do mundo rural em relação ao mundo urbano. Inserido nessa lógica, “o camponês caíra agora sob a dependência do mercado⁵” (KAUTSKY, 1898/1980, p. 32), visto que o preço das mercadorias que produz escapa ao seu controle e fica sob a lei da oferta e da procura.

Outro processo identificado pelo autor e que se intensificou, sobretudo no final do século XX e veio a servir de base para a teoria de Abramovay (1992), foi a associação entre a agricultura e a racionalidade técnico-científica⁶ e o mundo dos negócios, já no contexto identificado por Mazoyer e Roudart (1998) como a Segunda Revolução Agrícola da Modernidade. Todos esses elementos percebidos por Kautsky permitem-lhe postular que a exploração agrícola de sua época era uma exploração capitalista, uma vez que, a produção só seria viável tendo-se capital disponível para ser investido na mesma. Esse é o contexto em que está inserida a produção do setor avícola do município de Anta Gorda/RS, uma vez que a quase totalidade dos meios de produção necessários são comprados da indústria e a totalidade da produção avícola é voltada ao mercado.

Para Abramovay (1992/1998), “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (1992/1998, p. 22). Um novo ambiente social, econômico e cultural teria se criado a partir das transformações ocorridas em função da modernização desses sujeitos, o que teria criado uma nova identidade social: de camponeses teriam se transformado em agricultores familiares.

Os criadores de frango, nesse sentido, seriam o exemplo por excelência desse tipo de transformação, uma vez que estão literalmente *integrados* ao mercado através dos contratos com as agroindústrias, sua produção se dá sempre em larga escala e, o principal, boa parte da autonomia do camponês é perdida, tendo em vista as determinações vindas da empresa quanto ao manejo e demais elementos da produção, sobretudo ao quê, quando e quanto produzir. Nos sistemas de integração com as agroindústrias, o camponês não é mais o sujeito criador de sua própria existência, não é mais ele quem determina a forma como se organiza sua própria produção. Aproxima-se, no limite, a uma espécie de trabalho assalariado, uma vez que tais sujeitos são pagos, entre outras coisas, pelo trabalho realizado em cada lote de frango, ou seja, em última instância, pela venda de sua força de trabalho. Para este autor, portanto, os criadores de frango do município de Anta Gorda seriam agricultores familiares, cujo comportamento é orientado pela racionalidade econômica da sociedade

⁵ No caso da avicultura integrada, poderíamos adaptar a frase de Kautsky para: “o camponês caíra agora sob a dependência da agroindústria integradora”.

⁶ Abramovay (1992/1998) usa o termo racionalidade econômica para expressar a mesma ideia.

global. A agricultura camponesa, que até então configurava um *modo de vida*, agora se profissionalizou e se reduziu a uma *forma de trabalho* (ABRAMOVAY, 1992/1998).

Na mesma linha de pensamento, Paulilo (1990) também realizou uma pesquisa sobre a relação entre as agroindústrias e os pequenos produtores no estado de Santa Catarina. Em seu trabalho enfatizou o produtor rural enquanto um agente social ativo, racional, individual, com capacidade de dar sentido à sua ação e considerou que o termo camponês não era o mais adequado para compreender os sujeitos de sua pesquisa. Para a autora, é possível a convivência de valores camponeses, pequeno-burgueses e capitalistas em um mesmo indivíduo. No caso dos avicultores de Anta Gorda, pôde-se constatar justamente essa realidade em que, tanto os valores tradicionais quanto os modernos orientam as ações e constroem o tecido social da localidade.

Percebe-se, assim, uma aproximação desta corrente a uma abordagem compreensivista da realidade social, pois prefere enfatizar os elementos subjetivos dos agentes sociais nas suas tomadas de decisões e os fatores que constituem sua racionalidade e orientam suas ações. Em síntese, os autores que seguem essa perspectiva teórica consideram que as transformações sofridas pelos sujeitos sociais do campesinato (e entre eles, os integrados às agroindústrias) foram tantas e com tamanha intensidade que o conceito de camponês já não é mais suficiente para representar tais sujeitos. A racionalidade econômica (impessoal e individualista) teria, então, transformado os camponeses em agricultores familiares e uma nova dinâmica social e econômica teria se instaurado.

A contribuição de Maria Nazareth Wanderley

No meio-termo entre as duas perspectivas apresentadas anteriormente, apesar de estar mais próxima do estruturalismo, Wanderley (2003) não descarta nem uma nem outra abordagem. Ao contrário, fez uma análise dos elementos que as diferenciam e propôs que os pesquisadores utilizem as contribuições teóricas que cada corrente pode fornecer. Nesse sentido, a autora admite que a modernização transformou o campesinato em agricultor. Em outras palavras, o saber tradicional camponês, passado de geração em geração, uma das bases fundamentais de sua identidade social, em função da introdução das novas tecnologias e das novas maneiras de se produzir determinadas pelo novo contexto, já não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico das famílias na agricultura. No entanto, na visão da autora, este processo não se deu de forma homogênea. Não foram todos os camponeses que passaram por essas transformações. Identifica-se aqui um ponto de divergência entre a autora e a abordagem proposta por Paulino (2006), para quem tais

transformações são estratégias de resistência dos camponeses para reproduzirem sua identidade de acordo com as possibilidades circunstanciais.

A análise que a autora faz sobre as duas perspectivas é a seguinte: os estudos que propõem a “evolução” do camponês à condição de agricultor enfatizam as *rupturas* ocorridas entre a forma de vida do camponês tradicional e a forma de vida desses sujeitos após a modernização. Por seu turno, os estudos que propõem a reprodução do campesinato na sociedade moderna enfatizam os elementos de *continuidade*, ou seja, as características do camponês tradicional que se mantêm até hoje apesar da modernização (WANDERLEY, 2003).

Diante disso, a proposta da autora é que as análises teóricas sobre o mundo rural sejam feitas num meio-termo entre essas duas perspectivas adotadas, identificando tanto as rupturas quanto os elementos de continuidade. Seu objetivo é mostrar que a categoria agricultura familiar no Brasil possui uma história camponesa⁷, que é frequentemente esquecida, tendo em vista que o lugar social do campesinato na sociedade brasileira sempre foi negado e não-reconhecido. Propõe, portanto, recheiar o termo agricultura familiar de seu conteúdo histórico e sociológico (WANDERLEY, 2003).

Identificam-se, assim, elementos de convergência e divergência com ambas as perspectivas adotadas. Em relação a Abramovay, de quem Wanderley foi orientadora no curso de doutorado na Unicamp, é consenso entre os dois autores, que a modernização transformou os camponeses em agricultores modernos e profissionais. Para Abramovay, porém, não há vínculo algum entre o camponês e o agricultor familiar moderno, ao passo que para sua orientadora o agricultor familiar carrega consigo diversos elementos característicos do campesinato tradicional, de modo que uma análise que não leve isso em consideração se torna incompleta. Nas palavras da autora,

- a) - a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- b) - ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;
- c) - a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais;
- d) - estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição

⁷ Identifica-se aqui um ponto de divergência entre a autora e a perspectiva adotada por Abramovay (1992/1998) para quem a categoria de agricultor familiar não possui relação com a de camponês.

camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Em relação a Martins, Wanderley (1985) concorda que o campesinato é criado pelo próprio capitalismo, inclusive por assumir um “espírito” marxista em sua análise, porém diverge quanto à ideia de que os camponeses sejam representantes de relações não-capitalistas de produção. No seu entendimento, o camponês é um trabalhador para o capital, pois acredita que a agricultura se transformou num campo de operação do capital e que este se apropriou daquela, promovendo a “industrialização” da atividade agrícola e transformando a terra em equivalente de capital, fazendo com que o produto do trabalho do camponês seja apropriado pelo capital.

Um dos mecanismos através dos quais se dá esse processo é a dependência financeira que os camponeses passaram a ter em relação aos bancos, uma vez que, por não possuir capital para investir na propriedade, eles são obrigados a fazer financiamentos para poder investir na propriedade, seja na forma de sementes e insumos, seja na forma de construção de galpões. No caso da avicultura integrada, geralmente os financiamentos são feitos a fim de construir o aviário. Deste modo, o capital financeiro, além de se apropriar da renda produzida pelo camponês através da cobrança dos juros, torna-se, no limite, o real proprietário da terra, deixando o camponês apenas como o proprietário formal da terra⁵, ou seja, passa a ser dono apenas juridicamente, mas na prática, ele é um trabalhador para o capital (WANDERLEY, 1985).

De acordo com Wanderley (1985), a principal forma de interferência do capital na organização interna da exploração camponesa é a mediação do mercado. Para a autora, o campesinato constitui a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura, pois ele assume a realização da produção e não recebe a remuneração que lhe é devida. Para fazê-lo, ele deveria ser proprietário, de fato, da terra e isto o tornaria um capitalista. Nesse sentido, sob o ponto de vista de uma análise econômica, o camponês só é camponês enquanto não consegue se apropriar da renda que produz. Quando o faz se torna capitalista. Partindo desta perspectiva, ao analisar a realidade econômica dos criadores de frango, a conclusão a que se chega é a de que a maior parte dos integrados em Anta Gorda são camponeses, visto que a renda gerada através da criação dos frangos é apropriada pela empresa a que estão integrados, e nesse sentido são trabalhadores para o capital.

Em contrapartida, ao se levar em conta o conceito de agricultura familiar moderna, proposto pela autora, a conclusão a que se chega é diferente, uma vez que

nas sociedades modernas multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. São aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral - importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia etc - tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 1996, p. 7).

Considerando-se que estes elementos elencados pela autora são característicos dos integrados às agroindústrias do setor avícola em Anta Gorda, eles seriam, portanto, identificados como agricultores familiares.

Percebe-se, desse modo, que dependendo dos pressupostos teóricos que o pesquisador adota, ele chegará a diferentes conclusões acerca da mesma realidade social. Neste trabalho adotaremos a proposta de Wanderley (2003) que sugere analisar os elementos de ruptura e os elementos de continuidade dos agricultores modernos em relação aos camponeses tradicionais, especificamente identificando as características de campesinidade que *continuam* a constituir a realidade social dos criadores de frango integrados às agroindústrias no município de Anta Gorda.

Rupturas e continuidades na avicultura integrada em Anta Gorda/RS

Para que este trabalho possa identificar os elementos de campesinidade que persistem no cotidiano dos avicultores de Anta Gorda, torna-se necessário definir os elementos a serem utilizados que caracterizam o camponês. Este trabalho adotará as contribuições de Tavares dos Santos (1978) e Tedesco (1999; 2001) em função de que estes autores analisaram realidades sócio-culturais semelhantes à dos avicultores de Anta Gorda: regiões de colonização italiana no estado do Rio Grande do Sul. Existem outros autores que também elaboraram valiosas definições sobre o campesinato (MENDRAS, 1978; WOLF, 1966/1976; PLOEG, 2008), porém, baseados em contextos sociais muito distantes da realidade em questão nesta pesquisa. Os estudos dos autores supracitados, portanto, foram os que se mostraram mais adequados para servir como base teórica desta análise.

Dentre os diversos elementos da produção camponesa apresentados por Tavares dos Santos (1978), destacam-se: a produção baseada no trabalho da família; a propriedade dos meios de produção, especialmente da terra, como uma garantia de autonomia e rentabilidade; a socialização do camponês através da inserção nas atividades da comunidade; a prática do trabalho conforme as necessidades da lavoura, podendo chegar até a 12 horas por dia, dependendo da época do ano; a produção simples de mercadorias, o que leva a uma reprodução simples de sua condição, ou seja, o

camponês não acumula capital, possui uma dinâmica cíclica de trabalho que o mantém sempre na mesma condição social (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Vale frisar que o camponês a que o autor se refere se identifica como colono, tal como o fazem os criadores de frango em Anta Gorda e, portanto, neste trabalho o termo colono será utilizado como sinônimo de camponês.

Nesse sentido, Seyferth (1993) chamou atenção para a dimensão étnica da identidade camponesa do sul do Brasil expressa pela categoria colono. Ao mesmo tempo em que ela possui uma conotação de campesinidade, representa também uma “origem” europeia, seja ela alemã, italiana, polonesa, dentre outras. A autora identificou um conjunto de características necessárias para o sujeito ser considerado colono: possuir uma fração de terras, produzir alimentos para o próprio consumo e ter um pertencimento tradicional à comunidade rural:

a dedicação à terra, o trabalho árduo, a produção de alimentos, o enraizamento (...), a liberdade, entre outras virtudes, constituem, tanto quanto a propriedade da terra, elementos de distinção do colono enquanto categoria social (SEYFERTH, 1993, p. 41).

De maneira similar, Tedesco (1999) sintetizou a configuração do *ethos* camponês em um tripé de valores: 1) a Terra, cuja propriedade possui um significado particular, pois representa a possibilidade de autonomia e de reprodução do núcleo familiar; 2) o Trabalho, entendido como uma prática que dá dignidade ao colono, na ideia de que para existir progresso deve haver sacrifício; 3) a Família, considerada o núcleo central da sociabilidade do colono, que, no limite, é um trabalhador coletivo.

Quando nos referirmos a campesinidade, é desses elementos que estamos falando. Na discussão a respeito do tradicional e do moderno, geralmente o campesinato é entendido como característico do tradicional, o que não significa que o campesinato não possa ser moderno. Com efeito, este é o debate apresentado no primeiro capítulo deste trabalho: a modernidade teria transformado o camponês tradicional em agricultor familiar ou em camponês moderno? Nosso objetivo não é responder a essa pergunta, mas identificar quais foram, de fato, as transformações sociais vivenciadas por esses sujeitos a partir da modernização. Para isso, é importante deixar claro ao leitor o que se entende por moderno e tradicional neste trabalho.

A modernidade como um todo é, em última instância, o objeto de estudo por excelência da Sociologia. Foi com o objetivo de compreender as transformações geradas pela modernidade, enquanto superação do tradicional, que os primeiros sociólogos desenvolveram seus trabalhos. Dentre as principais mudanças, destacam-se a transição do feudalismo para o capitalismo, da centralidade do agrário para o industrial, da produção artesanal para a produção em larga escala, do

holismo para o individualismo, da centralidade da religião para a secularização, enfim, construiu-se uma nova maneira de o ser humano se relacionar com o meio e com seus pares. Desenvolveram-se novas tecnologias e as instituições tipicamente tradicionais como a Igreja e a família entraram em crise.

Neste trabalho o moderno será considerado como sinônimo de urbano, capitalista e industrial, mas não como sinônimo de avançado, melhor ou mais desenvolvido, caso contrário, o camponês tradicional seria considerado atrasado, retrógrado e avesso ao desenvolvimento. O tradicional é compreendido como uma continuidade ou como uma reprodução de uma maneira de ver e estar no mundo, qual seja, holista, artesanal e com centralidade para o agrário e o religioso, sem que isso seja considerado melhor ou pior. Considerando-se, portanto, que o sistema de integração tem por objetivo transformar o tradicional em moderno, analisaremos como se deu esse processo e quais são os elementos tradicionais e modernos que caracterizam os sujeitos sociais integrados às agroindústrias do setor avícola em Anta Gorda.

Como vimos, a avicultura é um dos setores da agricultura em que mais houve rupturas em relação ao campesinato tradicional. No trabalho de campo, no entanto, buscou-se identificar os elementos de continuidade que se mantêm vivos no cotidiano dos avicultores de Anta Gorda. A principal continuidade identificada é o fato de que a base do trabalho é sustentada na família. Muito raramente, apenas quando as atividades são muito intensas, é que as famílias solicitam ajuda de algum vizinho ou algum jovem que trabalha “por dia”. Em termos financeiros, as famílias entrevistadas não teriam condições de ter um empregado na sua forma regular, pagando-lhe um salário.

Geralmente o trabalho é feito pelo casal (quando os filhos já migraram)⁶ ou com a ajuda de um filho ou uma filha. As crianças começam a trabalhar cedo. Normalmente com oito ou nove anos, elas já passam a acompanhar os pais no trabalho, a fim de, aos poucos, aprender as técnicas de trabalho e auxiliar os pais nas atividades que exigem menor esforço físico. Em geral os filhos estudam durante um turno e ajudam no trabalho no turno inverso. Este é um elemento importante do *ethos* camponês que se mantêm, visto que a inserção da criança no mundo do trabalho significa para o camponês um processo de aprendizagem e de iniciação gradativa da criança ao mundo dos adultos⁷.

Nesse sentido, o uso da mão-de-obra familiar nos aviários é um interesse das empresas também porque quando o trabalho é feito pelos “donos⁸” do empreendimento, ele é realizado com mais empenho. Se a mão-de-obra fosse assalariada, o serviço não seria feito com tanto capricho porque o produto do trabalho não seria destinado ao trabalhador, mas a outrem. Essa é uma

estratégia da empresa, porque o criador trabalha como se o produto de seu trabalho fosse para ele, o que é típico do campesinato, mas na realidade o produto do seu trabalho, que são os frangos adultos, é apropriado pela empresa. Coradini, Pompermayer e Sorj (1981/2008) constataram esse processo em suas pesquisas:

(...) a primeira condição para ser integrado a essa empresa (Sadia) é que o produtor seja "minifundiário" e que a mão-de-obra seja familiar, porque "a Sadia não trabalha com proprietários absenteístas. (...) A família é que deve trabalhar no aviário, porque a Sadia não quer peão, porque o peão não tem o 'capricho' pela produção"⁹ (1981/2008, p. 34).

A ideia comum que está por trás disso é a de que os colonos têm um "amor" especial pelo serviço. Isso é constatado, por exemplo, nas diversas construções que os criadores são obrigados a fazer, como composteiras¹⁰, "escritórios", banheiros, dentre outras, nas quais seguidamente encontram-se registrados o nome da pessoa que construiu e a data, o que evidencia os laços de afetividade entre os colonos e o estabelecimento em que trabalham. Assim, a empresa se beneficia do capricho do colono e de sua família, deixando transparecer que eles estão trabalhando para si mesmos, quando, em realidade, estão trabalhando para a empresa. O fato de o criador trabalhar como se fosse para si, nesse contexto, é um elemento de continuidade, ao passo que a apropriação desse trabalho pela empresa é uma das principais rupturas que caracterizam o sistema de integração.

A família, enquanto instituição, não se restringe à orientação apenas da organização do trabalho, mas também de diversos aspectos que compõem o *ethos* de colono. Nesse sentido, apesar de a modernidade ter diminuído a influência da família para a organização da sociedade, na colônia a instituição familiar *continua* sendo uma referência para as ações dos indivíduos. Este talvez seja um elemento de distinção do rural em relação ao urbano. O fato, por exemplo, de que, na colônia, as refeições são feitas diariamente em conjunto com toda a família é um elemento que fortalece esta *continuidade*.

Além disso, a maior parte dos entrevistados cultivava diversos tipos de verduras, frutas, legumes e cria animais para consumo próprio. Isto também é uma continuidade de fundamental importância que permite a reprodução da condição camponesa, pois evita que o colono precise comprar uma quantidade significativa de alimentos e possa investir o dinheiro em outras necessidades, o que lhe garante relativa soberania alimentar. Essa é uma das características clássicas do campesinato tradicional que produz os alimentos de que necessita para sua subsistência e possui um vínculo de proximidade com a terra. Quanto mais diversificada a produção, mais forte é a identidade de colono (SEYFERTH, 1993).

Os criadores também não precisam comprar carne de frango, porque consomem os frangos criados no próprio aviário. Nesse sentido, constatou-se uma estratégia interessante, por parte de alguns criadores, a fim de tornar o frango um tanto mais tradicional: depois de concluído o lote, os frangos são alimentados por um tempo (em média, de 15 a 20 dias) apenas com quirela de milho “pra deixar a carne mais firme” ou “pra se limpar”, pois consideram que o frango com 30 ou 40 dias de vida, alimentado com a ração trazida pela empresa, não é adequado para a alimentação da família. “Se não, tu vai cozinhar e a carne se desmancha”, “parece que não dá...” “Matamos um do aviário esses dias, porque passamos em cima com o carrinho¹¹ e ele está ainda ali no freezer”. Os colonos, portanto, criaram uma estratégia de transformar o frango industrial e moderno em galo ou galinha ao estilo colonial camponês.

Outra campesinidade identificada nos sujeitos desta pesquisa é o que Mendras (1978) denominou de sociedade do interconhecimento, ou seja, todos se conhecem mutuamente e têm seus comportamentos altamente previsíveis. “Cada um sabe como deve conduzir-se e sabe também que os outros esperam dele um tal comportamento em tal situação” (MENDRAS, 1978, p. 90). Isto está fortemente atrelado à ideia de comunidade, ou coletividades rurais, na terminologia do autor, muito presente no contexto dos colonos de Anta Gorda. Nos finais de semana, o lazer é praticado nos centros comunitários, juntamente com os demais membros da comunidade, geralmente após o culto dominical ou missa, que é realizada uma vez por mês na capela.

No mesmo sentido, a prática do *filó* ou *serão* também constitui um elemento de continuidade em relação à tradição dos antigos colonos que se reuniam à noite para jogar baralho (trissete, quatrilha, bisca), fazer serviços, como descascar milho¹² e conversar sobre assuntos das lavouras, animais ou ainda para contar piadas e jogar brincadeiras como tômbola¹³, tria, mora¹⁴. Comia-se batata, pinhão, pipoca, rapadura, em alguns, cantavam-se músicas típicas dos imigrantes italianos e rezava-se o terço. Atualmente, embora esta prática ocorra com menor frequência¹⁵, ainda se fazem os filós, geralmente durante o inverno, período em que as noites são mais compridas. Contudo, tendo em vista que a televisão é um dos eletrodomésticos básicos da totalidade das famílias em questão, muitas vezes, o filó é substituído pelos noticiários e pelas novelas. Na ausência desse meio de comunicação e entretenimento, não se tinha outro passatempo a não ser visitar os vizinhos, por isso a prática do filó era mais recorrente.

O estilo do filó de hoje é significativamente diferente do filó tradicional. Dificilmente se reza o terço, não se descasca mais milho, raramente se joga tria, mora ou tômbola. Nos filós de hoje em dia, geralmente os homens jogam baralho (frequentemente quatrilha ou trissete) e as mulheres fazem crochê e tricô e assistem à televisão, sempre com acompanhamento de algo para comer¹⁶.

Isso não significa que todo filó ocorra dessa forma. Em muitos casos, o que ocorre é apenas uma visita. Diversas entrevistas realizadas nesta pesquisa foram feitas na forma de filó nas casas dos criadores.

A religião também pode ser pensada como um elemento que evidencia as rupturas e as continuidades. Para o campesinato tradicional a religião possui papel central na condução de diversos aspectos comportamentais. Na modernidade, contudo, ela veio perdendo espaço. De fato, constata-se na realidade atual, um distanciamento, especialmente dos jovens, das práticas religiosas. Nos cultos aos finais de semana, a predominância maior de frequentadores era do público idoso e de meia idade, o que demonstra um elemento de ruptura. O fato, porém, de os jovens não frequentarem a Igreja não significa que esta não exerça influência sobre seu comportamento, ao contrário, muitas das atitudes dos jovens rurais são influenciadas indiretamente pelo ideário cristão/católico, em função de que faz parte da cultura daquelas pessoas o temor a Deus e a valoração da comunidade como um espaço de convivência e da família como o elemento estruturante da construção da vida, o que evidencia uma continuidade em relação ao campesinato tradicional.

Conforme os relatos de alguns entrevistados, outro fator que contribuiu para a diminuição da frequência dos filós foi o fato de que “hoje em dia os jovens têm mais liberdade”, “eles têm menos limite que antigamente”, ou seja, nos tempos idos do início da colonização dos imigrantes, os jovens só podiam frequentar a “bodega”¹⁷ depois que voltassem do quartel ou depois que completassem 18 anos. Antes dessa idade os jovens, no lugar de irem à “bodega”, tal como fazem hoje, eles se reuniam na casa de alguém e jogavam baralho, faziam brincadeiras, ou seja, faziam o filó. Hoje eles podem frequentar as “bodegas” desde os 12 anos aproximadamente, então a prática do filó entre os jovens também diminuiu.

Outra continuidade facilmente notável é o uso do dialeto vêneto¹⁸. A frequência de seu uso nos dias atuais é menor do que no início da colonização, porém em diversas situações esta língua ainda é utilizada, especialmente nos filós, nos jogos de bocha e nas bodegas, principalmente nas conversas entre os idosos. Um elemento que chama atenção é o fato de que o uso deste recurso linguístico ocorre apenas no ambiente da colônia, uma vez que na cidade, esta forma de se expressar é considerada atrasada, feia e imprópria. Aquele que vai para a cidade e não consegue se comunicar em português é chamado de “colono-grosso”.

Todos esses elementos de continuidade estão convivendo harmônica e desarmonicamente com as rupturas em relação ao campesinato tradicional. A interpretação de Tedesco (1999), nesse contexto, auxilia na compreensão da realidade social dos colonos de Anta Gorda, visto que ele considera que o ethos do colono desenvolve seu cotidiano sob a ótica de uma racionalidade interna

(própria do colono), de modo que as relações desse sujeito com a agroindústria e com o mundo moderno e globalizado não romperam com a noção de “mundo rural”, apesar das intensas transformações geradas pela modernização.

Constrói-se, assim, um conjunto de valores que norteiam a ação do indivíduo, mas que não a determina. O indivíduo se apropria dessas influências, mas as utiliza de acordo com seus objetivos. O indivíduo não tem a capacidade de fugir de influências, mas ele pode decidir como se apropriar delas. A sociedade, portanto, não é determinada nem apenas pela estrutura, nem apenas pelos indivíduos. Ambas as partes influenciam uma à outra.

No caso dos colonos, a influência da estrutura é o incentivo à modernização, ou seja, os colonos não tinham (e não têm) escolha se querem ou não se modernizar. Se não o fizerem, serão excluídos do sistema. O que eles podem fazer é decidir a maneira como proceder diante do processo de modernização e isso os colonos o fazem de acordo com seu ethos de colonos.

Tais sujeitos percebem as transformações provocadas pela modernização de diferentes formas. Uns consideram positivas, outros negativas, outros enxergam tanto os benefícios quanto os malefícios. O trecho em sequência é uma fala de um ex-criador de frangos entrevistado durante o trabalho de campo:

As coisas de 60 anos para cá mudaram que não dá pra fazer ideia. Mas sempre tem alguma coisa que incomoda, por exemplo, antes um porco precisava comer 5 quilos de ração pra fazer um quilo de carne. Hoje precisa dois, mas a carne não é mais boa como antigamente. Hoje todo mundo tem carro, mas também tem poluição. Hoje não tem mais enxada porque tem herbicida, mas isto é veneno que faz mal pra saúde. Hoje tem a motosserra que diminui a mão-de-obra, mas também ela destrói a natureza porque incentiva o desmatamento. Então, tem o bom, que não dá pra dizer que não, mas por trás sempre tem alguma coisinha que incomoda.

A fala deste senhor sintetiza os principais avanços trazidos pela modernização ao mesmo tempo em que evidencia as consequências negativas geradas indiretamente por essas inovações. O sistema de integração também pode ser visto por essa ótica, ou seja, ele traz benefícios como, por exemplo, a garantia de uma renda constante, garantia de que a produção terá liquidação, o incremento de novas tecnologias, dentre outras vantagens, porém traz consigo diversas “coisas que incomodam”, como a falta de autonomia dos integrados, a subordinação à empresa, a expropriação da renda produzida e as jornadas de trabalho exaustivas.

Em se tratando especificamente da relação entre o criador e a empresa, chega-se à conclusão de que o sistema de integração desconstrói muitas das características de campesinidade do agricultor. Ele deixa de ser autônomo e seus saberes não são mais válidos, uma vez que a forma de

manejo dos frangos é totalmente determinada pela empresa e, caso ele queira agir de acordo com seus conhecimentos, receberá um valor inferior por lote de frango e, no limite, será desintegrado da empresa. Estabelece-se, portanto, uma relação de poder em que a empresa manda nos integrados como se fossem empregados, com a vantagem de não precisar pagar férias, décimo terceiro salário, e demais direitos trabalhistas que um assalariado que vende sua força de trabalho teria.

As empresas utilizam diversas formas de construir a ideologia moderna junto aos integrados. Uma delas é a realização de seminários, nos quais são convidados todos os integrados de uma determinada região a se reunirem em algum local, por exemplo, em algum clube de alguma cidade pólo, a fim de ouvirem palestras de agrônomos, técnicos, administradores, líderes das empresas, dentre outros. Em uma ocasião, teve-se a oportunidade de participar de um desses seminários, que foi denominado Seminário de Gestão Rural Agropecuária BRF Brasil Foods, no município de Encantado no dia 26 de outubro de 2011. Neste seminário, pôde-se perceber claramente a intenção da empresa de criar nos integrados uma forma moderna e capitalista de pensar, acrítica a respeito dos processos vigentes. Exemplo disso é uma frase utilizada por um palestrante na conclusão de sua fala aos integrados: “O ambiente que você faz parte está em constante transformação. Adapte-se às mudanças e garanta seu espaço neste mundo cada vez mais competitivo”. A ideia é fazer o criador sentir-se como um empresário, que tem metas a alcançar, custos a reduzir e lucros a aumentar, sempre objetivando o incremento da produtividade.

Outro mecanismo utilizado pela empresa é a realização dos “dias de campo” em propriedades consideradas pela empresa como modelos, porque são aquelas já adequadas a todas as exigências determinadas, a fim de servirem como exemplo para os demais criadores que ainda não estão adequados a todas as normativas. Em geral os dias de campo são eventos mais descentralizados do que o seminário citado anteriormente, ocorrendo normalmente um em cada município. Esta é uma estratégia da empresa a fim de gerar *status* ao criador escolhido como “o melhor” e criar nos demais o desejo de também serem escolhidos. Para isso, terão que se adequar às exigências e fazer tudo o que a empresa determina. É através destas táticas, portanto, que as empresas conseguem subordinar seus integrados e atingir seus objetivos.

Comparando-se a atividade avícola, nos moldes do sistema de integração, a outras atividades agropecuárias, percebe-se uma maior determinação por parte das empresas na forma de produzir e de organizar a sua propriedade na avicultura do que nas demais produções, com exceção da suinocultura que se organiza de forma quase idêntica à avicultura. Outras atividades presentes no município de Anta Gorda como a sojicultura e a milhicultura, que não se organizam de acordo com o sistema de integração, por mais que constituam complexos agroindustriais e estejam inseridas no

processo de modernização da agricultura, parecem assegurar ao produtor um grau de autonomia significativamente superior à avicultura integrada. Não há um contrato que obrigue o produtor a vender a sua produção a uma determinada empresa, com um preço definido unilateralmente e não há uma única forma de manejo a ser seguida por determinação de uma empresa. Isto não quer dizer que estes produtores também não estejam subordinados à indústria, porque também estão inseridos em complexos agroindustriais, mas o nível de subordinação parece ser menor quando comparados aos avicultores integrados. A contratualização, nesse sentido, constitui-se como um elemento impulsionador de rupturas.

Para além disso, ao se comparar a avicultura integrada em relação a outras atividades agropecuárias mesmo aquelas organizadas de acordo com o sistema de integração, como a bovinocultura de leite e a fumicultura, estas últimas demonstram permitir uma maior autonomia do agricultor em relação à organização de sua propriedade e às formas de manejo da produção. Não há, por exemplo, placas proibindo a entrada de pessoas estranhas na propriedade, nem a obrigatoriedade de se construir uma estrutura com escritório, banheiro e um sistema de esterilização de bactérias na entrada do estabelecimento, tal como é exigido na avicultura integrada. Há, portanto, uma tendência maior de haver rupturas nos estabelecimentos agropecuários integrados às agroindústrias do ramo avícola (e suinícola também porque ambas as atividades são muito semelhantes) do que nos demais estabelecimentos.

Considerações finais

As constatações evidenciadas permitem inferir que o tripé Terra, Trabalho e Família teorizado por Tedesco (1999) e as características propostas por Tavares dos Santos (1978), apesar das rupturas identificadas, permanecem vivas no cotidiano dos colonos criadores de frango em Anta Gorda. Nos sistemas de integração, “o que está em jogo é a necessidade de reprodução da unidade familiar e o *ethos* do colono: o colono luta, diversifica sua produção para continuar a ser colono” (TEDESCO, 2001, p. 124). Em síntese, os principais aspectos de continuidade identificados no trabalho de campo desta pesquisa foram: a base do trabalho centrada no núcleo familiar, a manutenção do vínculo com a terra, visto que a maioria continua produzindo alimentos para subsistência, a valorização da comunidade como um elemento aglutinador dos colonos, a prática do filó e as estratégias dos colonos para adaptar o frango industrial em “frango camponês”. Em última instância esses elementos expressam a singularidade do colono ao se inserir no processo de

modernização da agricultura, ou seja, a forma específica com que os colonos se apropriam das influências externas e as reificam de acordo com seu *ethos*.

A partir das discussões realizadas neste trabalho, pode-se concluir que o meio rural de Anta Gorda, assim como da maior parte das regiões do país, passou por um profundo processo de modernização, com o incremento de novas tecnologias, novas formas de inserção nos mercados e novas maneiras de se fazer agricultura. O colono de hoje é significativamente diferente do colono imigrante, seja do final do século XIX ou do início do XX. Ele acompanhou as mudanças que iam ocorrendo em seu contexto e se modernizou. As reflexões realizadas a partir da leitura dos referenciais teóricos e das informações obtidas durante o trabalho de campo permitem concluir que os colonos incorporaram/incorporam a racionalidade moderna, mas o fizeram/fazem de acordo com o conjunto de valores que constituem o *ethos* do colono.

Em termos práticos, percebeu-se que quando a avicultura é apenas uma atividade complementar na propriedade, encontram-se mais continuidades do que rupturas, ao passo que nos estabelecimentos em que a avicultura é a atividade principal, ou seja, a atividade que proporciona a maior renda para a família, identificam-se mais rupturas do que continuidade, o que permite inferir que a avicultura brasileira, nos moldes com que está organizada atualmente, é um elemento que promove rupturas em relação ao campesinato tradicional com mais intensidade do que outras atividades produtivas, à exceção da suinocultura integrada, que se organiza nos mesmos moldes.

¹ Atividade econômica baseada na criação de aves, especificamente frango de corte.

² O fato de o pesquisador conhecer parte dos entrevistados ou, ao menos, ter sua família conhecida por eles facilitou o acesso e o diálogo.

³ O estruturalismo é entendido aqui como o método de análise sociológica que privilegia o estudo das influências ou determinações da estrutura/sociedade sobre a parte/indivíduo nas formações sociais. É uma abordagem utilizada geralmente pelos autores fundamentados na teoria marxista.

⁴ Este autor estudou o processo de apropriação da renda da terra, produzida pelos colonos do vinho na região serrana do Rio Grande do Sul, por parte do capital industrial, durante a década de 1970.

⁵ Para Wanderley (1985) apenas é proprietário real da terra (dono, de fato) aquele que consegue se apropriar da renda fundiária capitalista, ou seja, da parcela da mais-valia. Isto pressupõe que para haver a apropriação da renda fundiária é necessário haver a exploração do trabalho alheio via assalariamento. Parece-nos importante frisar ainda que quando usamos o termo camponês, estamos nos referindo à família camponesa como um todo. Nesse sentido, não estamos analisando as relações intra-familiares para compreender este processo de apropriação da renda, apesar de saber que dentro da família existem diferentes níveis de poder e que pode haver exploração de mais-valia da mulher por parte do homem, por exemplo.

⁶ O percentual de jovens que saem do meio rural em Anta Gorda não é diferente da tendência geral de altos índices de migração rural-urbana, tanto em busca de trabalho quanto em busca de estudo.

⁷ Nos últimos anos, tem-se discutido a questão da exploração do trabalho infantil e o impedimento ou obstrução do acesso das mesmas ao estudo, processo que acontecia com muita frequência nas famílias dos primeiros colonos que habitaram a região, pois não se tinha o estudo como um valor importante tal como se tem hoje. Em função disso, não se presenciou, no trabalho de campo, nenhuma situação de exploração infantil ou algo semelhante.

⁸ O termo “donos” foi colocado entre aspas para demonstrar a propriedade apenas formal do estabelecimento. Com efeito, durante as entrevistas eram recorrentes frases como as seguintes: “Ah, hoje não se é mais dono das coisas...” ou

“Não, não. Não somos mais donos das nossas coisas, nós somos que nem os empregados deles e pior é que somos empregados e não ganhamos férias, nem final de semana, décimo terceiro, nada...”.

⁹ A frase entre aspas é uma fala do encarregado de relações públicas da Sadia Avícola – Chapecó/SC em entrevista concedida aos autores em 03/02/1981.

¹⁰ Casa de tamanho reduzido construída com a finalidade de armazenar os frangos mortos até a sua decomposição.

¹¹ O carrinho a que a entrevistada se refere é aquele com o qual se transporta a ração dentro do aviário a fim de encher os cochos.

¹² A máquina de descascar milho é uma inovação trazida pela modernização. Antes dela, o milho era descascado manualmente. Então, o filó era o espaço no qual esse serviço era realizado.

¹³ A tómbola é um jogo semelhante ao bingo.

¹⁴ O jogo da mora é típico da cultura dos imigrantes italianos. São duas pessoas que jogam uma contra a outra. Uma mostra para a outra a mão com uma determinada quantidade de dedos ao mesmo tempo em que diz um número (em dialeto vêneto). Ganha aquele que acertar primeiro a soma dos dedos das duas mãos juntas. A prática deste jogo vem decaindo ultimamente. São poucos os que ainda sabem jogar a mora. Isso pode, portanto, ser considerado uma ruptura, visto que as práticas de lazer desse grupo social também têm se transformado.

¹⁵ Atualmente, as famílias possuem televisão e passam as noites assistindo aos noticiários e às novelas, ao invés de fazerem o filó. Antes disso, não se tinha outro passa-tempo a não ser visitar os vizinhos, por isso a prática do filó era mais recorrente.

¹⁶ Geralmente nos filós são as mulheres as responsáveis pelo preparo de algum tipo de comida para ser servida à(s) família(s) visitante(s). Isso pode ser considerado uma continuidade, no sentido de que a mesa farta, para o colono, é sinônimo de bem-estar e receptividade. Uma diferença (ruptura) é que hoje em dia, muitas vezes, as comidas servidas são compradas prontas dos “padeiros” que passam nas casas nas comunidades vendendo cucas, biscoitos, entre outros. Isso ocorre em função do fato de que as mulheres acumulam tarefas ligadas à produção, no caso a avicultura ou as demais atividades do estabelecimento e não lhes resta tempo para o preparo de comidas tradicionais, tal como era feito pelos colonos imigrantes.

¹⁷ Bodega é o termo utilizado pelos sujeitos desta pesquisa para se referir ao(s) bar(es) da comunidade onde os homens se reúnem para jogar baralho, sinuca e outros jogos.

¹⁸ Idioma falado pelos descendentes de imigrantes italianos da região estudada.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *In: Em Tese*, V. 2 n. 1, 2005.

CORADINI, Odacir L.; POMPERMAYER, Malori J.; SORJ, Bernardo. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://www.bvce.org/>>.

FEE. **Federação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul**. www.fee.tche.br. Acesso em 05 dez. 2011.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In: BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

IBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <<http://www.ibge.gov.br/sidra>>. Acesso em 27 out. 2011.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARQUES, Marta I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: _____; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENGEL, Alex; AQUINO, Silvia. Integração Produtiva na Agricultura Familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento. **II Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea)**. Brasília, Nov. 2011. (no prelo).

PAULILO, Maria I. S. **Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, Sec. de Estado de Cultura e Esporte, 1990.

PAULINO, Eliane T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLOEG, Jean V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SILVA, Jeane M. Análise do discurso e pesquisa qualitativa em Geografia. In: RAMIRES, Julio C. de L; PESSÔA, Vera L. S. **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCO, João C. **Terra, Trabalho e Família: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.

_____. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____ (org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, Maria N. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.** V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS.** Caxambu/MG, 1996.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura.** N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Artigo recebido para publicação em março de 2013.

Artigo aceito para publicação em junho de 2013.